

O desempenho da indústria em 1997

*Clarisse Chiappini Castilhos**
*Maria Lucrécia Calandro**

O ano de 1996 encerrou-se com a retomada do crescimento da indústria brasileira, embora algumas questões cruciais continuassem sem solução: o déficit das contas externas e o fraco crescimento do emprego. De acordo com a versão oficial, a continuidade desse crescimento em 1997 levaria, gradualmente, a minorar esses problemas. As contas externas tenderiam ao equilíbrio como consequência da melhoria da competitividade assegurada pela reestruturação industrial e produtiva — garantida pela implantação de programas de qualidade, pelo aumento da importação de equipamentos modernos e pelo processo de privatização —, assim como pelo influxo crescente de investimentos estrangeiros. O emprego, por sua vez, voltaria a níveis mais elevados em decorrência da expansão acelerada do setor serviços e pela desregulamentação do mercado de trabalho, capaz de flexibilizar as relações de trabalho.

O ano de 1997, de fato, caracterizou-se pela expansão da atividade fabril, impulsionada, em grande parte, pelo bom desempenho da indústria automobilística e pela recuperação do setor produtor de bens de capital, que vinha acumulando perdas há vários anos. Este último foi favorecido pela decisão governamental de extinguir a importação com tarifa zero de máquinas sem similares nacionais. Ainda que esse tipo de incentivo fiscal tivesse tido como objetivo a modernização das plantas industriais, na prática

* Economista, Técnica da FEE e Professora da PUC-RS.

* Economista, Técnica da FEE e Professora da PUC-RS.

As autoras agradecem às colegas Denise Barbosa Gross, Maria Cristina Passos, Sílvia Horst Campos e ao estagiário Eduardo Miguel Schneider pelos comentários e sugestões à versão preliminar do texto, bem como aos estagiários Manuela Francisca Lopes e André Grudzinski pela elaboração das tabelas e do gráfico.

o que se observava era o desestímulo ao esforço de produção nacional, resultante do deslocamento da demanda por esse tipo de bem para o Exterior, em particular porque o conceito de similaridade é muito ambíguo, abrindo, inclusive, a possibilidade de fraudar a frágil regulamentação em vigor.

A expansão da indústria de bens de capital também foi favorecida pelos reflexos da retomada dos investimentos em infra-estrutura sobre a produção de equipamentos sob encomenda, bem como pelo crescimento recorde da produção de máquinas agrícolas, cuja frota encontrava-se sucateada.

Porém, na segunda metade do ano, a atividade industrial, entretanto, já revelou um certo desaquecimento, conseqüente, em grande medida, da redução do consumo interno e do fraco crescimento das exportações. O pacote de medidas de ajuste fiscal e de duplicação das taxas de juros lançado no mês de novembro para fazer frente à chamada crise asiática resultou numa contenção ainda maior da demanda por produtos industriais, em particular por bens duráveis de consumo. Além disso, permaneceram sem solução as questões relacionadas às contas externas e internas, bem como o elevado nível de desemprego. Este último, aliás, agravado pelas demissões ocorridas no final do ano, que deverão continuar em 1998, principalmente na indústria automobilística.

Mesmo assim, a indústria brasileira chegou ao final de 1997 com uma taxa de crescimento expressiva, superior às alcançadas em 1995 e 1996. Um outro aspecto positivo do ano de 1997 refere-se ao elevado montante de Investimentos Diretos do Exterior (IDE), que deu continuidade a uma tendência iniciada em 1995.

Dentro desse quadro de manutenção do crescimento industrial apresentado por todos os estados brasileiros, a liderança em termos numéricos coube ao Rio Grande do Sul, que obteve taxas muito elevadas. Os excelentes resultados da produção industrial gaúcha decorrem, principalmente, do crescimento da indústria de máquinas agrícolas, da qual o Estado é o principal produtor nacional. Esse segmento induziu aos bons resultados alcançados pela indústria de transformação, haja vista a importância dos gêneros mecânica e metalurgia na estrutura nominal do PIB industrial e seus efeitos encadeadores sobre outros setores da matriz industrial gaúcha.

De uma forma geral, a avaliação do desempenho da indústria em 1997 requer uma análise mais detalhada dos indicadores de produção industrial

do Brasil e do Rio Grande do Sul, bem como das tendências que se esboçam em termos de evolução dos investimentos. Na primeira seção deste artigo, será efetuada uma análise da evolução dos índices de produção física da indústria brasileira, agrupados por categorias de uso e por gêneros industriais. O comportamento da indústria gaúcha será analisado na segunda seção, procurando-se identificar os fatores explicativos de seu desempenho e estabelecer comparações com o cenário nacional. Para concluir, efetuar-se-á uma análise da evolução dos investimentos em nível de Brasil e de Rio Grande do Sul, buscando se determinar os possíveis elos entre essas variáveis com as políticas econômicas implementadas no período, bem como das perspectivas que se abrem para os próximos anos.

Indústria brasileira: a trajetória de recuperação do nível de atividade industrial

A indústria de transformação brasileira manteve em 1997 a trajetória de recuperação do nível de atividade observada no ano anterior, apresentando um crescimento acumulado de 5,1% nos 10 primeiros meses do ano.¹ No entanto estimativas preliminares indicam que as taxas para os meses de novembro e dezembro se situarão em patamares menores, o que conduzirá a uma redução no crescimento global da indústria brasileira.²

Ao longo do período jan.-out., podem ser destacadas duas fases de crescimento distintas. A primeira, que corresponde ao primeiro semestre do ano, caracteriza-se pela expansão da produção industrial, com taxas positivas, com exceção do mês de março. A partir de julho, segunda fase, embora as taxas ainda sejam positivas, observa-se uma redução no ritmo de crescimento, em função da retração da demanda, notadamente de bens de consumo não duráveis, e do elevado nível de inadimplência, decorrente da

¹ Os dados de produção física industrial, calculados pelo IBGE, relativos a 1997, estão disponíveis até o mês de outubro.

² Os diversos indicadores do nível de atividade industrial vêm apontando que os índices de produção física calculados para os meses de novembro e dezembro mostrarão queda da produção industrial. Segundo estimativas preliminares realizadas pelo Núcleo de Contas Regionais da FEE para os meses de novembro e dezembro de 1997, a taxa de crescimento acumulada para a indústria de transformação será de 4,9%, e, para o total da indústria, a taxa será de 5,3% (Tabela 1 do capítulo **As Contas Regionais**, nesta publicação).

euforia gerada pela estabilização dos preços. A queda da demanda interna, aliada aos efeitos negativos da sobrevalorização da taxa de câmbio, vem impondo sérias dificuldades ao setor industrial.

A elevação das taxas de juros básicas e o lançamento do pacote fiscal, adotados em novembro para fazer frente à crise das Bolsas asiáticas, deverão repercutir negativamente no desempenho da indústria. Assim, a desaceleração da atividade produtiva prevista para os últimos meses do ano é resultado da decisão governamental de não alterar a política monetária e, principalmente, a cambial e de manter o crescimento do PIB em nível mais baixo.

A análise dos índices de produção física da indústria brasileira, agrupados por semestre, evidencia a redução no ritmo de atividade. A Tabela 1 apresenta as taxas de crescimento da produção industrial brasileira, obtidas pela comparação entre os índices de produção física semestrais de 1997 com os de igual período do ano anterior. No primeiro semestre, as taxas de crescimento do Produto industrial foram positivas, com exceção do mês de março, que registrou uma queda de 2,1% frente a fevereiro, decorrente de um fraco desempenho de praticamente todos os 20 gêneros pesquisados pelo IBGE. Em abril, os indicadores da atividade industrial retomaram a trajetória de crescimento, registrando, inclusive, o melhor desempenho desde abril de 1995, com a taxa com ajuste sazonal atingindo o percentual de 3,5.

Tabela 1

Taxas de crescimento semestral da produção física da indústria do Brasil — jan.-out./97

PERÍODOS	INDÚSTRIA GERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	(%)
Jan.-jun.	5,9	5,8	
Jul.-out.	4,3	4,1	

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Brasil; produção física (1997). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.

No segundo semestre, no entanto, observou-se uma redução no ritmo de crescimento, que pode ser explicada, em grande parte, pela redução da demanda interna e pela decisão dos formuladores de política econômica de

implementação de uma estratégia de redução do nível de atividade com vistas à redução do déficit no balanço de pagamentos.

O maior problema enfrentado pela equipe econômica em 1997 foi o de conter o déficit na balança comercial. Procurou-se, ao longo do ano, restringir as importações, através da restrição ao financiamento das importações de curto prazo (até 180 dias), e estimular as exportações.³ A implementação dessas medidas possibilitou que o déficit se situasse em um patamar menor do que o das previsões pessimistas realizadas na época de eclosão da crise asiática.

As dificuldades no setor externo decorreram, em grande medida, da limitada oferta de produtos competitivos disponíveis para o mercado externo, especialmente de manufaturados. A partir de 1993, a participação de produtos básicos na pauta de exportações (minério de ferro, café em grão, fumo em folhas, dentre outros) vem aumentando significativamente em detrimento dos produtos industriais.

A medida governamental de maior impacto sobre o setor industrial beneficiou, em especial, o segmento produtor de máquinas e equipamentos. Através da Portaria Interministerial nº 174, de 24.07.97, foi fixada em 17% a alíquota do Imposto de Importação para 3,7 mil itens do setor de bens de capital. Esses produtos, chamados de ex-tarifários, gozavam de alíquota zero para máquinas e equipamentos sem produção nacional, o que estimulava os empresários a importarem ao invés de comprarem no mercado nacional. A principal alegação dos produtores que reivindicaram essa alteração era de que a regulamentação referente à isenção do Imposto de Importação para esses produtos sem similares no País era muito evasiva, implicando que as exceções passassem a ser regras. Na prática, ficava liberada tanto a importação de produtos sem similares como também a daqueles produzidos internamente.⁴

A crise das Bolsas asiáticas, ocorrida em outubro, forçou o Banco Central a elevar as taxas de juros internas, que foram quase duplicadas, visando evitar um fuga maciça de capitais. Posteriormente, o Governo Federal promoveu um aperto fiscal mediante a implementação de um

³ Medida Provisória nº 1.569, de 25.03.97, e Circular nº 2.747, de 25.03.97, do Banco Central respectivamente.

⁴ As dificuldades enfrentadas pelas empresas do setor foram ainda agravadas pela redução, no primeiro quadrimestre de 1997, de 43% no crédito liberado pelo BNDES para a compra de máquinas e equipamentos.

pacote fiscal com 51 medidas, com o qual pretendeu gerar um ganho fiscal de R\$ 20 bilhões.

“O pacote fiscal, combinado com o aumento anterior das taxas de juros — a fim de proteger o real de um ataque especulativo —, na prática, representa uma tentativa de manutenção da política cambial atual no contexto de uma desaceleração da atividade econômica, que deverá gerar uma redução do déficit em conta corrente em 1998.” (Sin. Econ., 1997, p1).

As dificuldades no balanço de pagamentos levaram o Governo a anunciar a implementação de novas medidas de incentivos às vendas externas em novembro de 1997. O destaque cabe à criação de Fundo de Aval para as Pequenas e Médias Empresas que vendem no mercado externo e de um “(...) mecanismo de crédito especial para os produtores que fornecem matéria-prima para exportadores” (Suma Econ., 1997, p.39).

Ainda com relação às contas externas, o Governo implementou uma estratégia de redução do nível de atividade produtiva. Contudo essa decisão, segundo alguns analistas, poderá redundar em recessão, com profundo impacto sobre o nível de emprego. Os custos dessa opção podem ser muito grandes, pois

“(...) o futuro é extremamente preocupante para amplas camadas da população, afetadas pelo desemprego e pelas dores de uma transição que parece eterna rumo à modernidade (...) o desequilíbrio da balança de pagamentos está impondo um limite relativamente baixo à taxa de crescimento do produto real e, por via de consequência, à absorção de mão-de-obra” (DEFLAÇÃO..., 1997, p.4).

A análise dos dados da produção física industrial brasileira por categorias de uso permite constatar que vem ocorrendo uma recuperação da produção de bens de capital e de bens intermediários paralelamente a uma queda, tanto na produção de bens de consumo duráveis quanto na de não duráveis (Tabela 2). A produção de bens de capital vem sendo impulsionada pela retomada dos investimentos na indústria, especialmente na produção de máquinas agrícolas, automóveis e em infra-estrutura. Por sua vez, a retração na produção de bens de consumo

“(...) tem suas origens ainda em meados de 1996, quando o esgotamento do efeito distributivo propiciado pelo Real, em paralelo à queda na massa salarial, diminuiu o poder de compra da

população. Este se manteve artificialmente elevado graças ao volume disponível de crédito ao consumidor, postergando, assim, uma crise de inadimplência para 1997" (CAMPOS, 1997).

Tabela 2

Indicadores conjunturais da indústria, segundo as categorias de uso, no Brasil — jan.-out./97

CATEGORIAS DE USO	VARIAÇÃO %		
	Mês/Mês (1)	Mensal (2)	Acumulado no ano (3)
Bens de capital	2,4	12,6	5,9
Bens intermediários	-1,0	3,4	5,8
Bens de consumo	1,2	4,6	2,5
Duráveis	-2,7	2,1	7,1
Semiduráveis e não duráveis	2,7	5,4	1,2
INDÚSTRIA GERAL	0,4	5,3	5,1

FONTE: IBGE/DPE/Departamento de indústria.

(1) Com ajustamento sazonal e base: set./97 = 100. (2) Os dados têm como base out./96 = 100.

(3) Os dados têm como base jan.-out./96 = 100.

A produção brasileira de bens de capital, que chegou a participar com 94% da demanda nacional em 1980, hoje representa apenas 63%. Segundo informações referentes ao período 1990-96, as importações desses bens tiveram um incremento de 173,8%, e as exportações cresceram 61,5%. A produção, por sua vez, decresceu 25,6%, e o emprego reduziu-se em 39,3%. Esse crescimento das compras externas, segundo os associados da Abimaq, deveu-se à ausência de critérios para a importação de máquinas e equipamentos (VIEIRA, 1997a).

A extinção dos ex-tarifários teve fortes impactos sobre a produção da indústria brasileira de bens de capital, contribuindo para que o setor de bens de capital registrasse a maior taxa de crescimento no agrupamento por categorias de uso, apesar da redução no ritmo de crescimento. A aplicação desse tipo de incentivo fiscal desloca a demanda do mercado interno para o Exterior e, com isso, desestimula a produção interna. "Apenas com a reversão do deslocamento da demanda para as importações, a Abimaq estima que haverá uma recuperação de mercado para a indústria brasileira da ordem de US\$ 2 bilhões." (MAGALHÃES et al., 1997, p.22).

A recuperação do setor de bens de capital e a redução da importância dos bens de consumo duráveis na formação da taxa global de crescimento industrial sinalizam uma alteração no perfil do crescimento industrial, nos próximos meses. Em outubro, último mês para o qual os dados se acham disponíveis, os bens de capital atingiram a taxa de 5,9%; os bens intermediários, 5,8%; enquanto a dos bens de consumo se situou em 2,5%. Dentre os bens duráveis de consumo, destaca-se a queda na produção das empresas produtoras de eletrodomésticos; e, nos não duráveis, o desempenho desfavorável dos setores de alimentos, vestuário e calçados.

A Tabela 3 apresenta as taxas de crescimento acumulado dos índices de produção industrial agrupados por gêneros, tendo como base de comparação igual período do ano anterior. As informações dessa tabela, até o mês de outubro, mostram o bom desempenho da maioria dos gêneros industriais, com exceção de têxtil, vestuários, calçados e artefatos de tecidos e bebidas, que registraram taxas de crescimento negativo — -3,3%, -5,9% e -0,1% respectivamente —, e dos gêneros couros e peles e material elétrico e de comunicações, cujas taxas ficaram próximas de zero. O destaque cabe aos gêneros fumo, que cresceu à taxa de 25,0%, e material de transporte, com uma taxa de crescimento menor (13,0%), porém ainda superior à dos demais gêneros industriais (Tabela 3). O crescimento do gênero material de transporte é explicado pelo notável desempenho da indústria automobilística, que registrou recordes de produção em 1997 — no período jan.-nov. foram produzidos 1.954.505 autoveículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus), representando um acréscimo de 16,8% em relação ao ano anterior. As vendas também registraram uma expansão significativa, tanto de veículos nacionais destinados ao mercado interno, com crescimento de 12,5%, quanto no mercado internacional, com 36,0% (Carta Anfavea, 1997).

Esse desempenho tem suas origens na política de liberalização da economia e de promoção da competitividade do setor industrial, que teve início com o Governo Collor, nos primeiros anos da década de 90. A abertura econômica, o Plano de Estabilização e os programas de apoio à capacitação tecnológica e gerencial, destacando-se as câmaras setoriais, promoveram uma intensa transformação qualitativa e quantitativa, consolidando a indústria automobilística no Brasil. O potencial de mercado dos países em desenvolvimento, em uma situação de saturação do mercado nos países desenvolvidos, e o pacote de incentivos oferecidos pelos governos de diversos estados brasileiros tornaram-se fortes atrativos para as montadoras. Os investimentos realizados no Brasil pelas

montadoras possibilitaram a redução da defasagem tecnológica em produtos e processos, o aumento no número de lançamentos e a incorporação de novos produtos, objetivando a adequação dessas empresas aos padrões internacionais. Houve um expressivo crescimento do mercado, tanto para produtos nacionais como para importados.

Tabela 3

Taxas de crescimento acumulado da produção física, por classes e gêneros da indústria, no Brasil — jan.-out./97

(%)

CLASSES E GÊNEROS	JAN-MAR	JAN-JUN	JAN-SET	JAN/OUT
Indústria geral	4,85	5,95	5,13	5,14
Indústria extrativa mineral	6,41	8,35	9,15	7,79
Indústria de transformação	4,71	5,74	4,80	7,97
Minerais não-metálicos	9,73	8,64	8,01	7,97
Metalurgia	5,10	8,07	6,90	6,92
Mecânica	6,28	6,93	5,75	8,45
Material elétrico e de comunicações	9,10	5,81	1,39	0,40
Material de transporte	8,32	12,47	12,05	13,05
Madeira	-1,03	3,17	4,12	4,62
Mobiliário	4,31	4,76	1,61	1,09
Papel e papelão	6,88	4,69	3,14	3,03
Borracha	1,72	3,99	3,82	4,48
Couros e peles	-1,57	1,90	0,36	0,08
Química	10,03	9,18	6,98	6,44
Perfumaria, sabões e velas	2,30	1,91	4,63	5,60
Produtos de matérias plásticas	5,02	4,82	4,60	4,92
Têxtil	-1,34	-2,56	-2,78	-3,35
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-7,15	-4,98	-6,29	-5,86
Produtos alimentares	-5,03	-1,61	0,56	1,31
Bebidas	-6,03	0,48	0,23	-0,09
Fumo	118,06	20,62	25,96	24,87

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Brasil; produção física (1997). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.

O setor industrial do Rio Grande do Sul, avaliado pelos índices de produção física do IBGE, alcançou as maiores taxas de crescimento entre os estados brasileiros, embora acompanhe a tendência da indústria nacional — crescimento continuado, porém com desaceleração a partir do segundo semestre. Esse desempenho resultou, em grande medida, de variações extremamente positivas em alguns gêneros importantes na composição do PIB nominal da indústria

gaúcha de transformação, que se beneficiam dos encadeamentos inter e intra-industriais. Já o segmento de calçados, apesar do profundo processo de reestruturação a que se viu forçado, vem perdendo vantagem competitiva, reduzindo, conseqüentemente, a sua participação na geração do Produto industrial gaúcho.⁵ No item a seguir, serão analisados os indicadores da atividade produtiva no Rio Grande do Sul.

Indústria do Rio Grande do Sul: novo patamar de crescimento da produção

A semelhança do bom desempenho da indústria brasileira, os índices de produção física calculados para o Rio Grande do Sul evidenciam uma trajetória de recuperação e crescimento da atividade do setor industrial, iniciada no final do primeiro trimestre de 1996, conforme pode ser observado no Gráfico 1. As taxas positivas da produção industrial gaúcha sucederam-se ao longo do ano, em tal magnitude que redundaram em taxas sistematicamente superiores às da indústria nacional (10,9% e 5,1%), situando a atividade industrial do Rio Grande do Sul em um novo patamar de crescimento.

Para esse resultado contribuiu, de forma decisiva, a boa performance da agricultura gaúcha, devido à sua estreita vinculação com o setor industrial, seja como fornecedor de insumos e equipamentos, seja como processador de seus produtos. Além disso, o crescimento das exportações impulsionou a produção industrial no Estado (1998..., 1997).⁶

Contudo, apesar da retomada dos níveis de produção, a indústria gaúcha apresentou, no segundo semestre de 1997, uma redução do crescimento industrial. A análise das informações da Tabela 4, que mostra a evolução dos índices de produção física semestrais, permite constatar que, após um período de crescimento acelerado, onde a taxa para a indústria de transformação e para o total da indústria atingiu o patamar de 12,8%, a atividade fabril iniciou uma fase de redução no seu ritmo de crescimento a partir do segundo semestre.

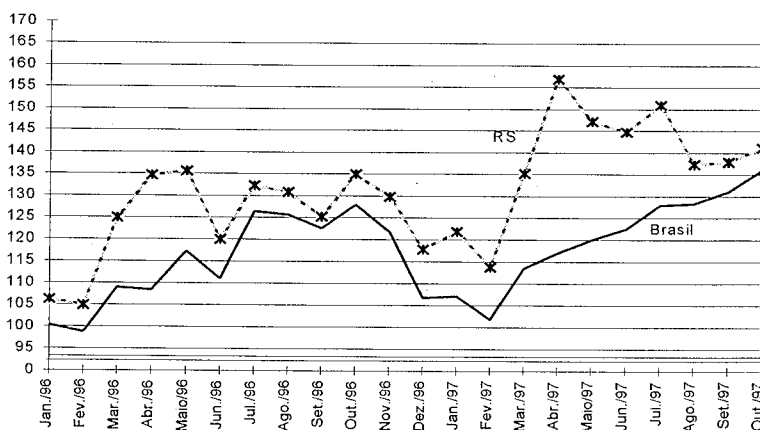
⁵ Uma análise das transformações verificadas na indústria gaúcha a partir dos anos 80 encontra-se em Scherer et al. (1998), neste número de Indicadores Econômicos FEE.

⁶ Para maiores informações a respeito da composição e do desempenho das exportações do Rio Grande do Sul, ver o texto sobre comércio externo, publicado nesta revista.

A queda em julho, embora a taxa permaneça positiva, e o menor ritmo de crescimento observado a partir daí têm como explicações a retração da demanda de produtos industriais, tal qual o ocorrido em nível nacional, bem como a entrada na base de comparação do período — segundo semestre de 1996 —, quando teve início o processo de aceleração da atividade fabril. Nos meses de agosto a outubro, a indústria gaúcha continuou a mostrar desempenho favorável, embora com taxas inferiores às verificadas no primeiro semestre, refletindo, com isso, a manutenção do crescimento da atividade fabril.

Gráfico 1

Índice da produção física da indústria de transformação no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./96-out./97



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil - produção física (1997). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Rio Grande do Sul - produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Rio Grande do Sul - produção física (1997). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.

NOTA: Os índices têm como base o mesmo mês do ano anterior = 100.

Para o último bimestre, as estimativas preliminares sinalizam uma queda no ritmo de produção, em razão, principalmente, das medidas restritivas adotadas pelo Governo Federal, sem, contudo, acarretar diminuição significativa da taxa de crescimento global da indústria do Rio Grande do Sul.

Tabela 4

Taxas de crescimento semestral da produção física da indústria do RS — jan.-out./97

PERÍODOS	INDÚSTRIA	
	GERAL	DE TRANSFORMAÇÃO
Jan.-jun.	12,77	12,81
Jul.-out.	8,42	8,41

(%)

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: regional, produção física (1997). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.

A Tabela 5 apresenta as taxas de produção industrial, agrupadas por gênero industriais. A maioria dos gêneros industriais registraram taxas de crescimento bastante expressivas. Os melhores resultados couberam à mecânica (43,7%), fumo (37,1%), material de transporte (21,2%), bebidas (16,9%), material elétrico (16,4%) e madeira (16,3%).

Tabela 5

Taxas de crescimento acumulado da produção física, por classes e gêneros da indústria, no RS — jan.-out /97

CLASSES E GÊNEROS	(%)			
	JAN-MAR	JAN-JUN	JAN-SET	JAN/OUT
Indústria geral	10,2	12,77	11,71	10,95
Indústria extrativa mineral	-10,8	3,38	6,39	6,74
Indústria de transformação	10,3	12,81	11,73	10,97
Minerais não-metálicos	9,81	7,90	11,06	10,75
Metalurgia	13,35	14,53	13,89	14,44
Mecânica	56,82	50,38	44,74	43,67
Material elétrico e de comunicações	15,75	21,63	19,09	16,44
Material de transporte	11,22	15,96	19,07	21,25
Madeira	26,93	23,11	17,07	16,35
Mobiliário	11,93	15,27	13,00	11,34
Papel e papelão	4,43	7,15	9,94	9,49
Borracha	4,56	4,23	0,68	1,30
Couros e peles	1,49	0,18	-3,81	-5,89
Química	2,03	8,02	5,83	5,35
Perfumaria, sabões e velas	-11,25	-12,87	-9,67	-9,03
Produtos de matérias plásticas	2,73	-0,84	-4,38	-5,68
Têxtil	10,43	8,00	3,90	3,67
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-1,10	-0,69	-4,12	-5,19
Produtos alimentares	-3,47	0,74	1,17	0,47
Bebidas	0,16	22,95	19,45	16,92
Fumo	24,65	23,96	37,22	37,08

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: regional; produção física (1997). Rio de Janeiro: IBGE, jan./out.

O destaque cabe à mecânica, visto que, devido à sua elevada participação na estrutura do PIB nominal da indústria de transformação do Rio Grande do Sul, o seu desempenho tem fortes impactos sobre a evolução da produção industrial. Esse gênero industrial, após dois anos de desempenho muito ruim, registrou um aumento significativo em 1997, aumentando a sua participação na composição do PIB, passando de 15,24% em 1996 para 18,04% no ano em análise (ver Tabela 5 do Anexo Estatístico). A dinamização das vendas de máquinas e implementos agrícolas foi possível devido à existência de uma demanda reprimida, que foi impulsionada pela criação de novas linhas de financiamento e pela melhora na renda agrícola. Após dois anos de dificuldades, com as empresas do setor operando com prejuízo, as vendas e a produção de máquinas agrícolas, medidas no período jan.-nov., alcançaram taxas elevadas — 72% e 50,2% respectivamente (SETOR..., 1998). A análise desse expressivo crescimento, contudo, deve levar em conta a base de comparação — ano de 1996 —, ainda bastante deprimida. Segundo informações do Sindicato das

Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SIMERS), dois fatores contribuíram para esses resultados: o notável crescimento das exportações e a situação favorável da agricultura do Estado, com bons preços pagos aos produtores de soja (SETOR..., 1998).

O bom desempenho dos gêneros mecânica, metalurgia e material de transporte pode ser comprovado pelo elevado consumo de aços laminados pelas empresas do Rio Grande do Sul, que cresceu 24% contra um acréscimo de consumo nacional de apenas 6%. O Presidente da Associação do Aço, Sergio Neumann, prevê que, com a instalação de montadoras e a continuidade dos investimentos em modernização do parque industrial gaúcho, a demanda de aço crescerá expressivamente nos próximos anos. O aço laminado a quente, utilizado na fabricação de carrocerias metálicas, implementos agrícolas e longarinas, "(...) foi responsável por mais de um terço do consumo global de aço no estado. Já a utilização de folhas metálicas impulsionou o crescimento do setor de embalagens" (GUIMARÃES, 1998, p. A-4).

Em relação ao material de transporte, o bom desempenho deveu-se ao segmento produtor de carrocerias e de reboques, que detém elevada participação na composição desse gênero, no Estado. Os fabricantes desses produtos vêm empreendendo esforços de modernização de suas plantas e revisando suas estratégias de atuação através da formação de parcerias para produção conjunta de alguns produtos (BUENO, 1997) e de diversificação dos mercados, ampliando as vendas para o mercado externo (MARCHAND, 1997).

Outro gênero a ser destacado devido às expressivas taxas de crescimento é o de fumo, que cresceu 37% até o mês de outubro. Esse desempenho pode ser explicado pelo aumento da produtividade e da área cultivada. Nos anos recentes, o setor fumageiro vem realizando elevados investimentos, tanto na construção de plantas novas quanto na ampliação das já em funcionamento (GUIMARÃES, 1997, p.6).

Dentre os gêneros de desempenho desfavorável, no período jan.-out./97, destacam-se produtos alimentares, com taxa próxima de zero (0,5%), têxtil (3,7%), vestuário e calçados (-5,2%), perfumaria, sabões e velas (-9,0%), produtos de matérias plásticas (-5,7%) e couros e peles (-5,9%). Esses produtos pertencem à categoria bens de consumo não duráveis, que foram os que sofreram maior redução nas taxas de crescimento ao longo do ano. A

queda na demanda de alguns desse produtos já vinha sendo sinalizada desde o ano de 1996.

Os produtos alimentares, embora tenham registrado uma taxa positiva, em comparação com a taxa negativa de 1996, não conseguiram recuperar a participação na composição do PIB nominal da indústria de transformação do Rio Grande do Sul, que, nos dois últimos anos, se mantinha em torno de 23%. Para o ano em análise, o gênero produtos alimentares passou a representar 20% do total de produção industrial. A queda na demanda por alimentos, bem como de outros bens de consumo não duráveis, tais como vestuário, produtos de higiene e de limpeza, reflete o esgotamento do efeito redistributivo do Plano Real e o fato de que, a partir da estabilização dos salários e do elevado grau de endividamento decorrente das compras a prazo, um aumento na demanda por esses bens implica, necessariamente, a retomada do crescimento industrial e a elevação da massa de salários.

O gênero vestuários, calçados e artefatos de tecidos manteve a trajetória de queda, apresentando, no período jan.-out./97, uma taxa negativa de 5,2%, em consequência, principalmente, do acirramento da concorrência com os produtos chineses no segmento de calçados populares. Essa queda se reflete no comportamento da pauta de exportações, onde os calçados, embora pertençam ao grupo de produtos que mais vende ao Exterior, vêm perdendo participação no total das exportações.

Em resumo, apesar de todas as dificuldades originadas do déficit na balança comercial, a indústria brasileira manteve, ao longo do ano, uma trajetória de recuperação do nível de atividade fabril. O fato mais importante a ser destacado refere-se à recuperação da produção de bens de capital, notadamente dos bens sob encomenda, a partir do segundo semestre.

Em relação ao Rio Grande do Sul, os excelentes resultados alcançados pela indústria do Estado podem ser quase totalmente creditados ao desempenho bastante favorável do gênero mecânica, ainda que outros setores também tenham atingido taxas expressivas, contribuindo, dessa forma, para a formação da taxa de crescimento global. Esse crescimento, contudo, esteve baseado, fundamentalmente, no comportamento dos gêneros que, historicamente, detêm elevada participação na composição do Produto industrial gaúcho, sem refletir, ainda, possíveis modificações que podem ter ocorrido na matriz industrial do Rio Grande do Sul como resultado do processo de reestruturação das plantas industriais e da entrada de novos capitais.

A evolução dos investimentos produtivos

O crescimento da produção física, tomado isoladamente, pode ser apenas uma expressão de um movimento conjuntural. Já a evolução dos investimentos pode apontar uma recuperação econômica mais duradoura, além de fornecer alguns elementos para avaliar as bases sobre as quais se apóia uma possível nova fase de expansão. O crescimento continuado dos investimentos pode indicar que a economia está ampliando sua base produtiva, e, portanto, que uma vez concluídos os projetos para onde estão voltados esses recursos, poderá instaurar-se um novo ciclo de crescimento. Por essa razão, o crescimento dos Investimentos Diretos do Exterior foi um dos elementos mais marcantes de 1997, quando o Brasil voltou a assumir a liderança como receptor desses recursos entre os países em desenvolvimento. Também os investimentos produtivos de empresas já sediadas no Brasil se ampliaram, trazendo à tona a discussão sobre as possibilidades de retorno de um crescimento industrial sustentado, de seu conteúdo e de suas perspectivas.

Para analisar a evolução desses investimentos, não basta constatar a sua evolução quantitativa, mas é necessário distinguir para onde se dirigem, que processos desencadeiam e compará-los com períodos anteriores.

Sabe-se que, na fase de expansão acelerada da economia brasileira — os lendários anos 70 —, a entrada dos IDE assumiu um papel decisivo quando a participação do Brasil no total de investimentos mundiais ultrapassou os 7%. Esse fluxo começou a arrefecer a partir dos anos 80, alcançando, em 1993, um percentual de apenas 1,8% sobre o total enviado aos países em desenvolvimento. A partir dessa marca, iniciou-se, ainda que lentamente, um movimento de ascensão, sendo que, entre 1993 e 1996, a participação do Brasil como receptor de investimentos diretos para os países em desenvolvimento se elevou de 3,2% para 8% (BRASIL ..., 1997), observando-se, também, uma certa ampliação dos investimentos das empresas nacionais.

Conforme as informações do Banco Central (apud GIAMBIAGI, REIS, 1997), os investimentos diretos, em 1996, superaram o montante efetuado em todo o período 1991-95, utrapassando a soma de US\$ 9 bilhões. As estimativas para 1997 são de que esses valores atinjam mais de US\$ 15 bilhões. Com esse resultado, o País coloca-se, desde 1996, em quinto lugar como receptor mundial de investimentos de multinacionais. Note-se que

esse movimento se insere em uma tendência mais geral de ampliação dos investimentos em direção à América Latina, bem como de aceleração da circulação dos capitais em escala mundial, característica da atual fase do capitalismo, designada de globalização ou mundialização.

No que se refere ao conjunto das empresas situadas no Brasil, sejam elas multinacionais, nacionais ou mistas, as previsões da pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (INVESTIMENTOS..., 1997)⁷ são de que, entre 1995 e 1999, ocorram investimentos da ordem de US\$ 26 bilhões em 3,5 mil novos projetos industriais, o que representa cerca de 3,5% do PIB. Para se ter uma base de referência, cabe lembrar que, no período 1972-80, os investimentos representaram mais de 4% do PIB, tendo caído para 2,8% entre 1992 e 1993 e aumentando para, aproximadamente, 3% em 1996 (CORREA, 1997).

Também há indícios, segundo a pesquisa citada, de que os investimentos efetuados por empresas situadas no Brasil se orientaram para a modernização das plantas já existentes e, numa proporção ainda pouco significativa, para a ampliação da capacidade instalada. Outro interessante ponto assinalado refere-se ao fato de que a maioria das empresas têm sua estratégia de comercialização voltada para o mercado interno, embora haja uma preocupação em ampliar sua participação no mercado externo, não apenas pelos excedentes exportáveis, mas pelas próprias iniciativas de modernização e de adaptação aos padrões internacionais de concorrência. Considerados, portanto, os investimentos industriais, estes deverão orientar-se principalmente para os setores de bebidas, alimentos, produtos farmacêuticos, materiais elétricos e de transporte.

Ainda que essas informações possam apontar um quadro de retomada do crescimento industrial, esses dados precisam ser melhor qualificados. Antes de tudo, cabe deixar o alerta da possível redução das expectativas de crescimento provocada pelo conjunto de medidas editadas em outubro de 1997, em particular por aquelas que resultaram na elevação da taxa de juros e, de uma forma mais geral, na intensificação do desaquecimento do consumo interno. Segundo estimativas da Sociedade Brasileira de Estudos

⁷ Informações retiradas de pesquisa efetuada pela Confederação Nacional da Indústria junto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, envolvendo 730 empresas, durante o ano de 1996.

de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), poderá ocorrer uma queda de US\$ 2 bilhões, por ano, na entrada de investimentos diretos previstos para o biênio 1998-99 (SEIDL, 1997). Dessa forma, ainda que o conjunto de medidas garanta a permanência da entrada de capitais de curto prazo, pode ter repercussões negativas sobre a continuidade dos investimentos produtivos, em particular, sobre aqueles voltados para o mercado doméstico.

Uma segunda ressalva foi colocada por Giambiagi e Reis (GIAMBIAGI, REIS, 1997). De acordo com os autores, ainda que o montante dos investimentos estrangeiros seja relevante para o financiamento do déficit em conta corrente, sua contribuição para a formação bruta de capital fixo não deve ser superestimada. Isto porque, para a ampliação da base produtiva, seria necessário que o investimento global da economia aumentasse cerca de US\$ 30 a US\$ 40 bilhões ao ano. Soma-se a isso o fato de que a maior parte dos IDE, justamente por estarem vinculados ao processo de privatização, não deverão originar novas atividades, uma vez que representam a aquisição de empresas já existentes, ou seja, significam apenas a troca da propriedade pública pela privada.

Algumas informações divulgadas pela consultoria Price Waterhouse confirmam a crescente associação dos capitais entrantes com empresas já existentes, tanto públicas quanto privadas. Segundo essa fonte, as fusões e incorporações envolvendo capitais estrangeiros alcançaram uma participação superior a 40% do total dos IDE efetuados em 1996. Desse conjunto de operações, a participação do capital estrangeiro ficou em 48% e a do capital nacional em 52% contra 34% e 66%, respectivamente, em 1993. Além disso, a formação de *joint-ventures*, em 1996, contou com a participação majoritária de 78% de capital estrangeiro contra 62%, em 1993. Dentro desse grupo, a maior parte dos empreendimentos voltaram-se para as indústrias de autopeças e alimentos — refletindo o processo de concentração desses setores, que já vem ocorrendo há alguns anos — e para a indústria têxtil, além do setor financeiro e do comércio, principalmente no último ano considerado (FUSÕES ..., 1997).

Uma outra questão a ser levantada refere-se à relação entre a entrada de capitais *vis-à-vis* ao equilíbrio das contas externas. Segundo M. Laplane (apud BELLUZO, 1997), os resultados para 1995 e 1996 revelaram que as multinacionais têm sido deficitárias em termos comerciais, em consequência, justamente, de seu elevado grau de internacionalização, que

implica crescente utilização de insumos, componentes, equipamentos e mesmo bens finais importados. No período em questão, as importações dos setores em que vêm se concentrando os investimentos apresentaram taxas de crescimento muito superiores às das importações totais. Um segundo estudo mostra uma correlação fortemente positiva entre investimentos diretos e importações. Os cálculos efetuados conduzem à conclusão de que os "(...) investimentos diretos estrangeiros devem pressionar negativamente o saldo da balança comercial no curto prazo por conta das aquisições de máquinas, insumos e bens finais" (TONOOKA, 1997, p.3). A hipótese governamental é a de que esses novos investimentos deverão provocar uma forte elevação da produtividade e, com isso, promover a retomada das exportações no médio prazo. Esses efeitos, no entanto, são contestáveis. O referido trabalho de M. Laplane (apud BELLUZO, 1997) destaca, também, a crescente orientação dos IDE para os chamados setores *non tradables*. Conforme o estudo, em 1989, o estoque acumulado de capital estrangeiro distribuíam-se em 71,1% na indústria de transformação e 23% em serviços. Já em 1995, essa composição passou para 54,2% e 42,5%, respectivamente, confirmando a afirmação anterior. Em resumo, os principais atrativos dos IDE são as indústrias orientadas para o mercado doméstico ou para os ramos do setor serviços (telecomunicações, transportes, infra-estrutura, comércio e financeiro), sendo que, numa proporção significativa, o objeto do empreendimento são empresas já existentes.

Além disso, é preciso refletir sobre o fato de que, atualmente, os IDE seguem uma lógica diferente da dos períodos anteriores (OMAN, 1989). Nos anos 70, as empresas implantavam filiais com as mesmas características daquelas situadas nos países de origem, visando, principalmente, ao mercado interno e utilizando largamente insumos locais. É o caso típico da indústria automobilística e de sua relação com as indústrias de autopeças. Esse processo, então, envolvia um maior volume de recursos e, além disso, criava maiores vínculos com os fornecedores locais. Já a partir do final dos anos 70, essa estratégia começou a se alterar, e os capitais multinacionais, ao invés de assumirem todo o risco do empreendimento, passaram a buscar a associação com os capitais locais. No caso de o capital adotar a estratégia de implantar uma nova empresa, a integração com o tecido industrial nacional ou regional é menor do que nos períodos anteriores, conforme revelam as informações referentes à participação das multinacionais nas importações totais.

De uma forma geral, pode-se considerar que as novas formas de investimentos conferem um caráter mais volátil aos investimentos diretos, reduzindo seus prováveis efeitos multiplicadores de atividades e de empregos, além de introduzirem um forte fator de instabilidade, visto seu menor comprometimento com as condições locais de produção.

Os investimentos na indústria gaúcha

Dentro do quadro nacional de ampliação dos investimentos, um dos destaques ficou com o Estado do RS, responsável, inclusive, pela entrada de uma significativa parcela de IDE decorrente da venda da CRT e da CEEE. Somam-se a este outros grandes investimentos, como é o caso da fábrica da automóveis GM, cujas obras de terraplenagem já iniciaram e cuja operação está prevista para 1999. São igualmente significativos, pelo volume de recursos envolvidos, o projeto de duplicação da fábrica de cigarros Souza Cruz e o de ampliação do Pólo Petroquímico de Triunfo, envolvendo a duplicação da Copesul. Também obteve grande destaque a assinatura do protocolo para a implantação de uma montadora de automóveis da Ford e de caminhões da Navistar, bem como de novas plantas de polietileno e de polipropileno dentro do quadro de ampliação do Pólo de Triunfo e de expansão da Metalúrgica Gerdau. Os empreendimentos citados constituem apenas aqueles de maior porte, sendo ainda relevante o grande número de investimentos menores que responderam a programas específicos, tais como o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Petroquímicos e Químicos do Rio Grande do Sul (Proplast) e o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul (Reconversul).

Assim, o conjunto de novos investimentos, tanto os anunciados quanto os realizados em 1997, pode ser dividido em três categorias: os grandes empreendimentos, alguns fruto de capitais advindos do Exterior para a implantação de novas empresas e outros voltados para a ampliação e a modernização de empresas já existentes; a criação e ou a ampliação de novas empresas de menor porte, como resultado dos programas citados; e, finalmente, os investimentos decorrentes da privatização de algumas estatais.

Neste último caso, cabem os mesmos comentários referentes ao Brasil quanto aos seus menores efeitos sobre a base produtiva, bem como sobre a balança comercial. A privatização das estatais gaúchas, ainda que representativa em termos de recursos, com efeitos positivos sobre as contas públicas, possui um poder dinamizador sobre a indústria do Estado menos significativo. Isto porque, embora o segmento de telecomunicações utilize diversos componentes eletrônicos e equipamentos sofisticados, estes, na sua maioria, são importados. No caso da CEEE, é provável que sua expansão, conseqüente dos novos investimentos, terá repercussões positivas sobre as fornecedoras nacionais de bens de capital sob encomenda.

No caso de capitais de maior porte, os novos investimentos dirigiram-se basicamente para a implantação das montadoras já citadas. Quanto às empresas já existentes, vale destacar a ampliação do Pólo de Triunfo, a duplicação da Fábrica de Cigarros Souza Cruz, a ampliação da fábrica de pneus da Pirelli, a criação de uma nova unidade de bebidas da Coca-Cola, a transferência da unidade produtiva da Cervejaria Brahma e a expansão da Tramontina.

Também foi significativo no Estado o movimento de fusões e incorporações, efetivadas ou anunciadas, de empresas na área metal-mecânica e na área de alimentos, dentre outras. Nesse grupo, podem-se citar: a compra das unidades de máquinas agrícolas da Iochpe — Maxion pela Massey Ferguson; a formação de *joint venture* da SLC (Grupo Schneider Logemann S/A) com a John Deere (EUA), que é a maior fabricante de máquinas agrícolas do Mundo, passando esta a deter 40% do capital da empresa —; e a associação da Marcopolo com a Gerdau para a implantação de usinas de aços planos. Ainda são relevantes as duas associações efetuadas pela empresa Agrale. A primeira consiste na criação de um consórcio com a empresa norte-americana Navistar para a produção de caminhões, já referida; e a segunda, de sua aproximação com o grupo italiano Cagiva para a produção de *scooters* na unidade de Manaus. Vale citar, igualmente, a parceria formada entre a Randon S.A. com a Toller Viaturas e Equipamentos de Osasco para a produção de carrocerias tipo *sider*, permitindo a essas empresas o controle de 80% do mercado nacional desses bens.

Finalmente, foi importante a criação e a expansão de várias empresas na área de plásticos e de móveis. Todos os empreendimentos citados

tiveram uma participação significativa do Fundo Operação Empresa (Fundopem)/Proplast, além de receberem diferentes incentivos e isenções diferenciadas.

Além dos comentários efetuados em outros artigos sobre a relação entre os novos investimentos e os cenários que se abrem para a indústria gaúcha (SCHERER et al., 1998), cabe uma observação complementar. Apesar da grande ampliação dos investimentos na indústria gaúcha, a utilização dos incentivos governamentais necessita ser melhor aproveitada. É bem evidente o interesse internacional pelo mercado brasileiro e também pelo Mercosul, sendo que a posição estratégica do Estado se constitui em um atrativo suplementar, propiciando condições de negociação relativamente confortáveis. Por essa razão, mais do que facilitar de todas as formas a entrada desses capitais, faz-se necessário buscar alguns retornos, bem como rever o excessivo comprometimento financeiro do Estado com esses grupos. Em outras palavras, tanto as negociações com os capitais multinacionais quanto a oferta de recursos públicos através dos vários programas implantados precisariam ser atreladas a diretrizes de um programa de política industrial estadual que visasse à criação de vínculos dos capitais entrantes com as empresas locais, à geração de empregos e à transferência de tecnologia. Somente dessa forma haverá uma evolução sistêmica da indústria gaúcha, capaz de extrapolar seus efeitos sobre o conjunto da sociedade.

Finalmente, vale dizer que o desempenho da indústria gaúcha, acima da média nacional durante o ano de 1997, não pode ser atribuído aos efeitos dos novos investimentos e dos programas de fomento implementados pelo Governo do Estado. Uma vez que esses empreendimentos ainda não foram concluídos, não podem exercer efeitos sobre os resultados do período em análise. De fato, suas repercussões se farão sentir apenas a partir dos próximos anos, de acordo com o tipo de relação que esses novos investimentos irão estabelecer com a estrutura industrial gaúcha, bem como com os rumos da política econômica nacional.

Bibliografia

1998. retração significativa na indústria (1997). **Súmula Econômica**, Porto Alegre : FIERGS, p.38-44, n.9, dez.

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1997). Investimento estrangeiro, crescimento e déficit comercial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, C.2, p.7, 10 ago.
- BRASIL sobe no ranking mundial, (O) (1997). **Folha de São Paulo**, São Paulo, C.2, p.3, 3 jan.
- BUENO, Sérgio (1997). Randon associa-se à Toller. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. C-8, 14 maio.
- CALANDRO, M. L. (1996). Indústria: desempenho no ano de 1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.1, p.37-52, abr.
- CAMPOS, Silvia Horst (1997). Cresce a produção de bens de capital. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v.8, n.1, out.
- CARTA DA ANFAVEA (1997). São Paulo : Associação Nacional dos fabricantes de veículos Automotores, dez.
- CONJUNTURA ECONÔMICA (1994/1997). Rio de Janeiro : FGV, v.48-51, n.1-12, jan./dez.
- CORREA, Maurício (1997). Indústria investe para o mercado interno. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.4, fev.
- DEFLAÇÃO=recessão (1997). **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v.51, n.10, p.3-4, out.
- FUSÕES e aquisições de empresa no Brasil corporate finance (1997). Price Waterhouse. 4p. ([online] Arquivo capturado via Internet).
- GIAMBIAGI, Fábio, REIS, Carla (1997). Investimento direto: o Brasil se insere no mundo. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : FGV, v.51, n.12, p.2-8, dez.
- GUIMARÃES, Luiz (1997). Fumo responde por 37% do PIB gaúcho. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.6, 19 dez. (Relatório)
- GUIMARÃES, Luiz (1998). Consumo de aço no RS cresceu 24% em 1997. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4, 6 jan.
- INVESTIMENTOS na indústria brasileira (1997). Rio de Janeiro : CNI/CEPAL. (mimeo) 53p.
- MAGALHÃES, Sérgio et al. (1997). Extinção dos ex-tarifários: política aduaneira ou política industrial? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Brasília : FUNDAP, v.13, n.53, p.21-25, out./dez.
- MARCHAND, Jussara (1997). Lucro da Marcopolo cai pela metade no trimestre. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.C-8, 14 maio.

OMAN, Charles (1989). **Les nouvelles formes d'investissements dans les industries de pays en développement**. Paris : OCDE.

SCHERER, André Luis F. et al (1998). Mudança estrutural e inserção competitiva da indústria do RS: notas e questões emergentes. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.25, n4.

SEIDL, Antonio Carlos (1997). Investimento direto deve cair em US\$ 2 bi em 98 e 99, diz entidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, C.2, p.8, 4 nov.

SETOR de máquinas está otimista (1998). **Zero Hora**, Porto Alegre, p.31, 7 jan.

SINOPSE ECONÔMICA (1997). Brasília; Rio de Janeiro : BNDES, n.58, nov.

TAVARES, Maria Da Conceição (1997). Globalização e estado nacional. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : FGV, v.51, n.11, p.42-45, nov.

TONOOKA, Eduardo Kiyoshi (1996). **Investimentos diretos, importações e exportações**. São Paulo : Câmara Americana de Comércio. 2p.

VIEIRA, Cândida (1997). Debate de incentivos mobiliza os empresários. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-6, 22 abr.

VIEIRA, Cândida (1997a). Governo estuda política para setor de máquinas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-6, 22 abr.